



ANÁLISE DAS COMPRAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR SOB O ENFOQUE DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA: ESTUDOS DE CASOS NO VALE DO RIBEIRA / SP¹

Analysis of public purchases from family farmers with focus on the multifunctionality of agriculture: case studies in Vale do Ribeira / SP

Rafael Eduardo Chiodi²

Gustavo Fonseca de Almeida³

Paulo Eduardo Moruzzi Marques⁴

RESUMO

O rural tem deixado de ser percebido apenas como espaço de produção agrícola para ser encarado como detentor de múltiplas funções de interesse geral da sociedade. O reconhecimento de papéis sociais, ambientais e culturais da agricultura torna a população rural foco de novas políticas públicas. A noção da multifuncionalidade da agricultura dispõe de um aparato teórico-metodológico para análise dessas funções, podendo orientar a avaliação dessas políticas. Assim, o artigo analisa efeitos das compras públicas de bananas sobre múltiplas dimensões da agricultura familiar nos municípios de Miracatu e Sete Barras, em São Paulo. Para tanto, foram entrevistados 38 agricultores e seis gestores vinculados a quatro organizações formais. Identificou-se que os preços recebidos no mercado institucional refletiram na melhoria da renda familiar e em investimentos produtivos. Contraditoriamente, estes últimos representaram escolhas distintas realizadas pelos agricultores. De um lado, houve estímulo à produção em sistemas orgânicos certificados, mais sustentáveis, e, por outro lado, ocorreu a indução da intensificação do uso de agroquímicos em sistemas convencionais. De toda maneira, a organização dos agricultores em cooperativas promoveu inclusão social, fortaleceu relações

¹ Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio financeiro à pesquisa. Processo [421032/2016-2].

² Professor da Universidade Federal de Lavras, Departamento de Administração e Economia, na área de Desenvolvimento e Extensão. Endereço eletrônico: rafaelchiodi@ufla.br

³ Professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Centro de Ciências da Natureza do Campus Lagoa do Sino, na área de Extensão Rural e Agroecologia. Endereço eletrônico: gufoal@ufscar.br

⁴ Professor da Universidade de São Paulo - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Departamento de Economia, Administração e Sociologia, na área de Sociologia Rural. Endereço eletrônico: pmarques@usp.br

de confiança, valorizou o trabalho familiar e permitiu o maior controle sobre os processos de comercialização, efeitos compreendidos como inéditos no Vale do Ribeira.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Multifuncionalidade da agricultura, Agricultura familiar, Mercado público.

ABSTRACT

Rural is no longer perceived only as a space for agriculture production, but seen as provider of multiple functions of interest for society. The recognition of the social, environmental and cultural functions linked to agriculture makes the rural population a potential focus for new public policies. The multifunctionality of agriculture framework has a theoretical and methodological apparatus capable to understand those functions to guide the evaluation of these policies. The paper analyzes the effects of public purchases of banana fruit on multiple dimensions of family farmers in the municipalities of Miracatu and Sete Barras, in São Paulo. A group of 38 farmers and six managers linked to four formal organizations were interviewed. The prices paid for the farmers from the public purchases reflected in the improvement of the families income and in a higher investment in production. Contradictorily, these investments followed distinct movements. A group invested in organic certified systems, more sustainable, other intensifying the use of agrochemicals in conventional systems. The organization of the farmers in cooperatives promoted social inclusion, increased relationships of trust, valued family work, and allowed greater control over marketing processes, all of which were understood to be unprecedented in the Vale do Ribeira.

Keywords: Sustainability, Multifunctionality of agriculture, Family farming, Public market.

1. INTRODUÇÃO

A noção de multifuncionalidade da agricultura pode ser compreendida como uma perspectiva que permite traçar estratégias de superação dos efeitos sociais (êxodo rural, pobreza e exclusão social) e ambientais (exploração desordenada e predatória de recursos naturais) negativos derivados da implementação de políticas públicas de promoção da modernização da agricultura. O enfoque se torna menos seletivo e mais inclusivo ao considerar os atores sociais do campo e por incorporar, de modo mais integrado, as preocupações com

os efeitos da agricultura sobre os recursos naturais (MALUF; CARNEIRO, 2003).

Neste sentido, a noção de multifuncionalidade da agricultura (MFA) fortalece o reconhecimento do “interesse público de funções sociais, ambientais, econômicas e culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis, associadas à atividade agropecuária” (SABOURIN, 2005, p.161). Com esta ótica, a MFA passou a constituir um referencial para orientar políticas de desenvolvimento rural em bases mais sustentáveis (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009). Ademais, no

campo teórico-metodológico, a noção pôde subsidiar de maneira instigante a construção de instrumentos analíticos para avaliar políticas públicas de desenvolvimento rural (CARNEIRO; MALUF, 2003; MORUZZI MARQUES; FLEXOR, 2008).

No Brasil, a partir do ano 2000, políticas públicas inovadoras foram formuladas para sustentar a agricultura familiar. Apesar da predominância do viés econômico, tais ações ampliaram significativamente as perspectivas de legitimar a agricultura do tipo familiar como a expressão de uma atividade agrícola multifuncional. Assim, suas respostas às políticas públicas atenderiam um conjunto amplo de funções de interesse geral da sociedade, aproximando-as aos propósitos associados à multifuncionalidade da agricultura (BONNAL; MALUF, 2009).

Neste âmbito, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que, ao estabeleceram canais de compra institucional direta de alimentos de agricultores familiares e suas organizações, abriram formas de escoamento atrativas devido aos preços praticados e condições de comercialização. Ademais, estes programas foram constituídos para atingir objetivos multidimensionais, tais como promover a segurança alimentar de grupos vulneráveis,

estimular a organização de agricultores familiares, valorizar e ressignificar a produção local/regional, gerar renda na agricultura familiar, promover a produção e a alimentação saudável e que conserva os recursos naturais (MATTEI, 2007; BELIK; FORNAZIER, 2016; CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017).

A partir desta linha interpretativa, buscou-se investigar, numa região de forte presença da agricultura familiar, o Vale do Ribeira paulista, como ocorreu a evolução da participação de agricultores familiares e de suas organizações cooperativas no fornecimento de bananas para esses programas governamentais, visando compreender os efeitos destas políticas públicas sob o olhar da multifuncionalidade da agricultura. Tal contexto remeteu às transformações nas relações históricas de inserção dos agricultores familiares do Vale do Ribeira nos mercados de comercialização de bananas. Esses produtores, por longo período de tempo, dependeram quase que exclusivamente do mercado convencional, que tem como componente central o agente intermediário, uma vez que os locais de consumo estão relativamente distantes dos locais de produção. Ao longo do tempo, verificou-se que o escoamento da produção por este canal determinou relações desfavoráveis aos agricultores familiares por não

possuírem controle sobre o processo de comercialização e poder de decisão sobre os preços das frutas, assim como sobre os recebimentos e sobre as quantidades comercializadas (CHIODI; ALMEIDA; ASSIS, 2020).

A partir do acesso ao PAA e posteriormente ao PNAE, notadamente, assiste-se a emergência expressiva de cooperativas singulares e da constituição de uma cooperativa de segunda geração. Ainda, um diferencial de caso no Vale do Ribeira é que, desde 2014, as cooperativas locais atendem o Programa de Alimentação Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo. Por suas dimensões, trata-se de um dos maiores adquirentes de alimentos para escolares do Brasil (ASSIS, 2019).

Partindo, assim, do referencial de MFA, o artigo analisa efeitos das compras

públicas via PAA e PNAE sobre múltiplas dimensões em torno de produtores familiares organizados em cooperativas nos municípios paulistas de Miracatu e Sete Barras, no Vale do Ribeira em São Paulo. Especificamente, focalizam-se efeitos sobre diferentes campos: 1. a dinâmica de reprodução socioeconômica das famílias rurais, considerando aspectos relacionados à geração de ocupação e renda e à permanência dos jovens no campo; 2. a promoção da segurança alimentar no que tange à produção para o autoconsumo e mercantil de alimentos, além de opções técnico-produtivas; 3. a manutenção do tecido social, considerando processos de promoção da integração social; e 4. a conservação dos recursos naturais, enfocando a produção e o uso sustentável dos recursos naturais.

2. A NOÇÃO DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA

O processo de modernização agrícola transformou a agricultura em um setor produtivo ligado intimamente ao setor industrial e, por esta razão, importante componente do crescimento econômico em muitos países. A expansão produtiva e o aumento da produtividade agrícola ocorreram por meio do progresso tecnológico, assentado sobre o conceito da especialização pelo uso de sementes e mudas melhoradas geneticamente, de

insumos químicos e da mecanização agrícola. Os governos nacionais desempenharam papel fundamental na modernização da agricultura. Nos países centrais do capitalismo (EUA, Japão, aqueles da Comunidade Europeia), este processo visou inicialmente garantir alimentos em abundância e a baixo custo para a população urbana, tendo na agricultura familiar a sua base de sustentação. Em países ditos

subdesenvolvidos, tais como México, Egito e Brasil, as escolhas com vistas à modernização favoreceram latifúndios patronais agroexportadores (VEIGA, 2007).

Ao lado do sucesso produtivo, também é inegável o custo social (êxodo rural, insalubridade urbana e exclusão persistente) e ambiental (exploração desordenada e predatória de recursos naturais) cobrado pelo processo de modernização da agricultura. Na França, os estabelecimentos em condições desfavoráveis para a agricultura produtivista (com tamanho reduzido e em terrenos montanhosos) foram excluídos das políticas públicas de modernização, mas compensações foram numerosas para atenuar perversidades (ROUX; BOINON, 2010). No Brasil, de modo geral, a agricultura de base familiar foi profundamente desconsiderada pelas políticas públicas que promoveram a agricultura moderna (GONÇALVES NETO, 1997). Nos dois casos, os efeitos prejudiciais aos recursos naturais foram socializados. A poluição de mananciais de água devido ao uso de agroquímicos, a redução da biodiversidade, a erosão dos solos e a perda de fertilidade foram acentuados onde a agricultura moderna se estabeleceu e avançou. Em razão destas mazelas, a Agenda 21 dedicou um capítulo

exclusivo à “Promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável”, apresentando 12 áreas de programas (MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE - MMA, 1992). A maior parte destes últimos foi concebida para enfrentar problemas que podem ser creditados à modernização da agricultura. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) vem apoiando ações sob uma perspectiva de agricultura sustentável (FRIEDRICH, 2014), que, em grande medida se contrapõe ao modelo de agricultura industrial produtivista, até então difundido.

A partir da crítica destes efeitos sociais e ambientais, emerge outra forma de conceber o papel da agricultura na sociedade. Trata-se de uma mudança de ótica: a agricultura não deve ser vista apenas como um setor produtivo, mas como uma atividade comportando múltiplas funções de interesse geral da sociedade (MALUF; CARNEIRO, 2003). Esse novo olhar para a agricultura expande-se também para o mundo rural, inscrevendo-se em um almejado desenvolvimento sustentável que, conforme Sachs (2004), está associado ao compromisso com a ética e a solidariedade para com as gerações presentes e futuras no que tange à utilização prudente dos recursos naturais, estabelecendo critérios zelosos para as dimensões social, ambiental e econômica.

Desse modo, a noção de multifuncionalidade da agricultura (MFA) ressalta a importância estratégica da atividade agrícola para o desenvolvimento sustentável. Conforme Laurent (2000), a MFA pode ser definida como o conjunto das contribuições da agricultura para um desenvolvimento econômico e social considerado na sua globalidade. Desse modo:

A noção de multifuncionalidade da agricultura é tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade e não apenas seus componentes econômicos. A noção incorpora a provisão, por parte desses agricultores, de bens públicos relacionados com o meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural (MALUF, 2002 citado por CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 47).

A aplicação da noção de MFA como orientadora de políticas públicas emerge no contexto europeu, especialmente na França (REMY, 2004). No Brasil, essa noção ganha mais importância como instrumento analítico no início na década de 2000, quando ocorreram intercâmbios entre pesquisadores franceses e brasileiros por meio de diferentes projetos de pesquisa, buscando moldar a noção para a realidade da agricultura e das políticas públicas no

país. Esta cooperação científica resultou diversas publicações (MALUF; CARNEIRO, 2003; SABOURIN, 2005; MORUZZI MARQUES; FLEXOR, 2008; CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009; CARNEIRO, 2012). Ao longo das investigações (MALUF; CARNEIRO, 2003; CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009), a análise da MFA se remeteu a quatro níveis: as famílias rurais, as políticas públicas, o território e a sociedade. Por sua vez, foram estabelecidas quatro dimensões para abordar as funções em torno da agricultura: 1) a dinâmica de reprodução das famílias e comunidades rurais; 2) as características técnico-produtivas e de sustentabilidade da atividade agrícola; 3) as questões de identidade, integração social e legitimidade relativa às famílias rurais e; 4) as relações com o território e com a natureza (MALUF; CARNEIRO, 2003). Em relação à análise das políticas públicas, o cerne foi verificar em que medida estas últimas reconhecem e conferem legitimidade à MFA (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

No Brasil, a promoção do debate sobre a MFA se justifica devido à relevância de questões como: a pluriatividade das famílias rurais; o papel da agricultura e de outras atividades rurais na criação e na manutenção de empregos e na geração de renda; a expansão do interesse por produtos

agrícolas de qualidade; a proteção do meio ambiente; as preocupações ligadas à segurança alimentar e; a manutenção da paisagem rural (MALUF, 2002; MALUF; CARNEIRO, 2003). Para Bonnal e Maluf (2009), a reflexão sobre a MFA e a introdução de seus preceitos no âmbito das

políticas públicas rurais poderiam impulsionar a concepção de um modelo de desenvolvimento fundado na inclusão social da categoria dos agricultores familiares, deixados à margem da modernização da agricultura.

3. AS COMPRAS PÚBLICAS DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Nas últimas duas décadas, foram instituídos dispositivos de políticas públicas direcionados ao apoio à agricultura familiar⁵ com diferentes graus de afinidade em relação à noção de MFA. Para os nossos propósitos, convém citar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e os instrumentos previstos graças às alterações na lei de orientação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pela Lei nº 10.696/2003, tendo como objetivos promover a segurança alimentar de grupos sociais vulneráveis e, ao mesmo tempo, incentivar a organização e a produção da agricultura familiar. Para tanto, o PAA viabilizou pela primeira vez a compra direta da produção dos agricultores familiares ou

de suas organizações por entes públicos em escala nacional. Não somente, também permitiu que estas compras públicas não estivessem sujeitas a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993), estabelecendo a dispensa de licitações para a aquisição dos produtos diretamente da agricultura familiar (TRICHES; GRISA, 2015; CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017). Desta maneira, houve uma desburocratização dos processos, permitindo maior participação dos agricultores familiares no mercado institucional, principalmente devido à eliminação da concorrência com segmentos empresariais, que disputam as licitações com escalas e custos de produção mais favoráveis (TRICHES; GRISA, 2015).

⁵ Segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, o agricultor familiar é definido da seguinte maneira: a) não possua estabelecimento rural maior que quatro módulos fiscais; b) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou

empreendimento; c) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; d) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Ademais, a legislação do PAA estabeleceu que a aquisição dos produtos agropecuários deva ser realizada com base em preços que considerem a realidade da agricultura familiar. Desta forma, as referências de preços são vinculadas ao mercado regional (TRICHES; GRISA, 2015).

Operando nestes moldes, o PAA estimulou mudanças relevantes no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Este último existe desde 1955 com objetivo de ofertar alimentação a estudantes da rede pública de ensino. Conforme Baccarin et al. (2017), desde o início da implementação do PAA observou-se que parte significativa dos produtos adquiridos se destinava à alimentação escolar no âmbito estadual e municipal. Os autores ressaltaram que algumas experiências exitosas do PAA sustentaram a aprovação da Lei nº 11.947/2009, que passou a regulamentar a aquisição de produtos da agricultura familiar no âmbito do PNAE.

Esta referida lei inovou o desenho do PNAE, visando incentivar a aquisição de alimentos diversificados, produzidos pela agricultura familiar preferencialmente em âmbito local. Estas normas estabeleceram que, do total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação a estados e municípios no âmbito do PNAE, no mínimo

30% deve ser destinado à aquisição de alimentos da agricultura familiar (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017). Analogamente ao PAA, as compras públicas de alimentos, que seguiam preceitos legais de isonomia e da concorrência, passaram a ocorrer junto ao agricultor familiar, por meio de Chamadas Públicas, com a dispensa do processo licitatório (TRICHES; GRISA, 2015).

Além de abrir espaço para que a produção familiar atendesse as escolas, a legislação do PNAE priorizou a compra de alimentos de produtores assentados pela reforma agrária, quilombolas e indígenas, indicando igualmente a primazia de produtos orgânicos e agroecológicos. Os agricultores organizados em cooperativas ou associações deveriam também ser privilegiados. Assim, a legislação mudou a lógica da competição entre “agentes desiguais” e reconheceu questões socioculturais, organizativas e ambientais como norteadoras das compras institucionais (BACCARIN et al., 2017).

No PNAE, os preços pagos aos produtores devem ser norteados por aqueles dos produtos locais. Conforme a resolução nº 26/2013, o preço de aquisição do programa será aquele médio pesquisado em mercados em âmbito local (no mínimo três), com prioridade para feiras de produção familiar. Esta resolução estabelece que

todos os custos que incidirem sobre o processo de fornecimento dos alimentos devam ser incorporados no preço final

pago, visando garantir uma remuneração justa aos produtores familiares (SCHABARUM; TRICHES, 2019).

4. O VALE DO RIBEIRA E A COMERCIALIZAÇÃO DE BANANAS

O Vale do Ribeira está localizado no sul do estado de São Paulo, região Sudeste do Brasil. O seu território engloba 25 municípios e uma área de 18.075,27 km². Em 2010, este território possuía uma população de 443.231 habitantes, dos quais 328.410 residiam em perímetros urbanos e 114.821 em áreas rurais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2015).

A bananicultura é uma de suas atividades econômicas mais importantes, representando a base geradora de emprego e renda para grande parte dos seus municípios (GONÇALVES; SOUZA, 2001). A agricultura familiar exerce um papel expressivo no segmento “produtor de bananas” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2017). Em 2017, a participação dos cultivos de bananas dos municípios do Vale do Ribeira se aproximou de 22% da produção nacional, representando cerca de 89% da produção paulista, a maior do Brasil (IBGE, 2017).

Além da bananicultura, os municípios do Vale do Ribeira têm em comum baixos índices de desenvolvimento humano (IDH).

Estes indicadores posicionam a região entre as mais pobres do estado de São Paulo, reflexo de que as políticas de desenvolvimento econômico e social até então implementadas pouco mudaram a realidade regional ao longo das últimas décadas.

Convém insistir aqui que a cadeia de valorização da banana é componente fundamental aos processos ligados ao desenvolvimento socioeconômico do Vale do Ribeira (GONÇALVES; SOUZA, 2001). Neste ponto, vale enfatizar que tradicionalmente os bananicultores comercializam suas bananas via agentes intermediários (caminhoneiros, atacadistas e varejistas). Desta forma, esta comercialização, ao mesmo tempo, limita a rentabilidade do produtor e transfere o valor agregado ao produto para fora da região, tornando a atividade marginal sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico e social na medida em que não internaliza mecanismos multiplicadores de renda (GONÇALVES; SOUZA, 2001; CHIODI; ALMEIDA; ASSIS, 2020).

Nesse contexto, as compras públicas de bananas via PAA e PNAE representaram

alternativas aos canais tradicionais de comercialização para favorecer o desenvolvimento regional. Inicialmente havia uma exigência para que os agricultores atendessem o programa, de se organizarem em associações e/ou cooperativas. Já o PNAE exigiu dos agricultores maior compromisso em relação a constância das entregas e com padrão de qualidade. Com isso, várias cooperativas de agricultores familiares foram criadas no Vale do Ribeira: em 2019, doze estavam ativas (ASSIS, 2019).

Especialmente no que tange ao PNAE, cumpre frisar a centralidade assumida pelas compras de bananas pela

Prefeitura Municipal de São Paulo (ASSIS, 2019). A capital paulista possui um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, fornecendo aproximadamente 1.885.000 refeições diárias a 900.000 alunos nas 2.720 unidades educacionais do município (SÃO PAULO, 2016). A partir de 2014, as cooperativas do Vale do Ribeira progressivamente passaram a atender o programa, o que tem contribuído para o fortalecimento cooperativista dos produtores familiares. Este processo teve como resultado inédito a criação de uma cooperativa de segunda geração: a Cooperativa Central do Vale (ASSIS, 2019).

5. METODOLOGIA

O artigo explora o conceito de “referencial” de política pública, central na abordagem cognitiva que concebe as políticas públicas como fruto da expressão das representações que uma sociedade ou um grupo social tem da realidade e de seus problemas (MULLER, 2002). Autor central desta abordagem cognitiva, Pierre Muller (2010) propõe que, nas últimas décadas, emerge um referencial associado à perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, participativo e com inclusão social. Efetivamente, o debate em torno da sustentabilidade favorece a construção de uma visão de mundo cujo olhar para a

agricultura assimila suas múltiplas dimensões de interesse para com a sociedade (social, econômica, de proteção ambiental e cultural), o que implica também em considerar o mundo rural não exclusivamente restrito ao seu componente agrícola e produtivo (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Considerando este referencial de política pública, a pesquisa focou cinco organizações de produtores de bananas que acessaram o PAA e o PNAE: em Miracatu, a Associação dos Bananicultores de Miracatu (Abam) e a Cooperativa dos Bananicultores de Miracatu (Coobam) e,

em Sete Barras, a Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do Guapiruvu (Cooperagua) e a Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras (Coopafasb).

A escolha destas organizações se justifica pela sua representatividade em termos da organização de produtores familiares em busca de alternativas de comercialização. As cooperativas possibilitam que os produtores familiares, antes totalmente dependentes do mercado convencional da banana, acessem os mercados institucionais.

A pesquisa de campo ocorreu em duas etapas: 1º levantamento de dados por meio de entrevistas junto a seis gestores das organizações e; 2º levantamento de dados junto a 38 produtores familiares da base dessas quatro organizações.

A pesquisa com os gestores das organizações visou obter elementos para a compreensão do funcionamento de diferentes canais de distribuição de bananas no âmbito regional, além de permitir

conhecer a percepção destes atores sobre efeitos das compras públicas em diferentes dimensões da realidade local. As entrevistas aconteceram em agosto de 2017. Um roteiro composto por perguntas abertas orientou estas últimas, que foram gravadas e transcritas (RICHARDSON, 2010).

A pesquisa junto aos produtores focou percepções sobre efeitos da comercialização de bananas via cooperativa no mercado institucional. Conforme Carneiro e Maluf (2003), estabeleceu-se um número mínimo de entrevistas de modo a obter uma amostra representativa do universo de referência. Assim, foram entrevistados cerca de 10% do total de cooperados/associados, a saber: 11 produtores da base da Abam (98 associados), seis da Coobam (62 cooperados), dez da Cooperagua (76 cooperados) e 11 da Coopafasb (103 cooperados). A partir de roteiro semiestruturado, as entrevistas ocorreram entre os dias 21 e 23 de maio de 2018, com registro escrito das respostas.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1. Reprodução socioeconômica das famílias rurais

Os agricultores entrevistados, majoritariamente, são proprietários de pequenas parcelas de terra, em média 12,1

hectares. Em suas propriedades, 66% destes interlocutores se ocupam exclusivamente da produção de bananas e 34% realizam também outras atividades. Assim, para 71% do universo considerado, a venda de bananas representa a principal fonte de

renda familiar. Para os demais, a renda familiar inclui a remuneração advinda da comercialização de palmito pupunha e de rendimentos não-agrícolas.

Diante desse quadro, depreende-se que o preço recebido pela produção de bananas determinará sobremaneira as condições de reprodução socioeconômica das famílias. O preço do produto aqui merece uma análise central, uma vez que se vincula à rentabilidade da atividade.

Para compreender os efeitos das compras públicas, o preço foi considerado de modo comparado àqueles praticados no chamado “mercado convencional da banana”, tradicionalmente acessados pelos produtores. Este último se refere à produção destinada a supermercados, varejões, sacolões, feiras ou cozinhas industriais, situados em grandes e médias cidades. Um componente-chave deste mercado é a presença de um ou mais agentes intermediários ou atravessadores (CHIODI; ALMEIDA; ASSIS, 2020).

Oportuno aqui ressaltar, de acordo com Schneider (2016), que os mercados convencionais se caracterizam pela

circulação de mercadorias com referência na relação oferta e demanda, mas que são dominados por grupos restritos de agentes privados. O objetivo central desses agentes econômicos é a realização de negócios, vendendo para comprar e vice-versa, a fim de obter lucros. São mercados de alto risco e incerteza e, por isso, de difícil controle e regulação, gerando alto grau de vulnerabilidade aos produtores.

No período da pesquisa, foram coletados dados sobre os preços praticados junto aos produtores pelos intermediários e sobre aqueles relativos ao PNAE da Prefeitura de São Paulo, que era o principal adquirente da produção. Conforme a Tabela 1, observa-se um preço médio por quilograma das frutas pago pelo PNAE cerca de 100% superior nos dois municípios.

Mesmo considerando flutuações constantes no preço pago pelos intermediários, que em determinados períodos do ano pode superar aquele do PNAE, este último, recebido via cooperativa, foi, regra geral, considerado como mais vantajoso.

TABELA 1 - Preços médios declarados da caixa de banana nanica (20 kg) oferecidos por agente intermediário e pagos pelas cooperativas (PNAE da Prefeitura de São Paulo) para produtores entrevistados em Miracatu e Sete Barras, em maio de 2018.

Município	Intermediário		PNAE		Diferença
	R\$/caixa	R\$/kg	R\$/caixa	R\$/kg	%
Miracatu	9,50	0,48	20,50	1,03	115,6
Sete Barras	8,19	0,41	16,25	0,81	97,5

FONTE: Pesquisa de campo, maio de 2018.

Com as palavras de Santos (1978, p. 118), “...a sorte do camponês está ligada ao destino do seu produto e aos preços que consegue para vendê-los”. O diferencial de preço identificado, de fato, explica a afirmação de 84% dos entrevistados sobre a renda familiar ter aumentado após ter realizado vendas para os entes públicos. Para 76% dos agricultores, a melhoria de renda se reverteu em bem-estar familiar, refletido em aumento de gastos familiares com alimentação, saúde, educação, transporte, moradia, vestimenta e lazer.

O efeito das compras públicas sobre a renda familiar já foi observado em outros casos (MATTEI, 2007; TRICHES; SCHNEIDER, 2010; TRICHES; FROEHLICH; SCHNEIDER, 2011; CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017). Aqui, vale destacar a pesquisa de Schwartzman (2015) que, entrevistando 110 produtores de 16 municípios de São Paulo, identificou o aumento de renda em 83 casos (76,4%), graças ao incremento

propiciado com a comercialização junto ao PNAE.

Como visto, este efeito não parece ser absoluto, perceptível por todos os entrevistados. Pode-se concordar assim, com base na análise de Mattei (2007) sobre os impactos do PAA no estado de Santa Catarina, que em segmentos de agricultores em posições mais favoráveis no sistema familiar, torna-se mais difícil creditar ao programa efeitos diretos sobre o processo produtivo e o nível de renda da família. Esta conclusão pode ser direcionada também para explicar as respostas dos produtores que afirmaram não ter sentido mudanças na renda familiar no contexto pesquisado.

No Vale do Ribeira, foi notório, contudo, o impacto dos preços recebidos via PNAE na renda familiar. Tal fenômeno pôde ser ponderado pela participação da comercialização de bananas na renda familiar. Constatou-se que, para 47,3% dos produtores, quase a totalidade da renda é proveniente da atividade agrícola e que,

para 73,5%, mais de 40% da renda familiar provêm do mercado institucional. Ou seja, um aumento do preço recebido pelo produtor, converte-se em aumento simultâneo da renda familiar, o que foi percebido e realçado por nossos interlocutores.

Como no momento da pesquisa as vendas à Prefeitura de São Paulo graças ao PNAE eram as mais expressivas, observa-se que, de 2014 (início da participação no PNAE da capital paulista) a 2018, a entrada financeira graças ao programa desempenhou papel central na composição da renda desses produtores.

Por outro lado, a ampliação das vendas de alimento por esta via permitiu o fortalecimento social e econômico das organizações locais, o que favoreceu o acesso a outras políticas públicas. A captação de recursos do “Programa Microbacias II: acesso aos mercados” do governo estadual de São Paulo viabilizou a aquisição de caminhões, de câmaras de climatização e de caixas retornáveis, o que permitiu reduzir os custos de comercialização. Com base na pesquisa, torna-se inquestionável a forte complementariedade entre as políticas de compra institucional e o Programa Microbacias II. Mattei (2007) identificou relação similar entre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e

o PAA. Aqui, vale apontar que apesar de críticas sobre a ausência de interlocução entre políticas públicas, o PAA estimulou a organização social para permitir a participação dos agricultores no programa, enquanto o PNAE estimulou o aumento do cuidado com a qualidade dos produtos, assim como o compromisso com a entrega das frutas nas escolas de modo pontual, culminando em inovações no âmbito organizacional. Além disso, o programa estadual Microbacias permitiu a aquisição de câmaras frias utilizadas para a maturação das frutas e de caminhões que garantiram a logística para a entrega das frutas nas escolas da cidade de São Paulo. Portanto, é certo afirmar que para os casos investigados nesta pesquisa, houve importante interação, tanto entre políticas da mesma esfera (federal) como entre as políticas públicas das esferas administrativas diferentes (federal e estadual).

Ainda destaca-se que as cooperativas passaram a realizar compras conjuntas de insumos e a fornecer assistência técnica aos cooperados (casos da Abam, Cobam e Coopafasb), reduzindo custos de produção. Em níveis variáveis, estas ações refletiram no aumento da rentabilidade da atividade e, por consequência, no crescimento da renda familiar dos cooperados.

Pode se inferir que estas mudanças tornaram a atividade mais atrativa aos

jovens. Para 58% dos entrevistados foi perceptível o maior envolvimento e dedicação dos membros jovens da família no que se refere ao trabalho nos bananais. Para determinados interlocutores, as motivações dos jovens para permanecer no campo são muito reduzidas por não existirem condições de geração de renda atrativas, sobretudo pelas características não satisfatórias do mercado convencional.

A agregação de valor aos produtos (banana e palmito, destacadamente) e a criação de uma marca própria para a comercialização desses produtos (“lá do kintal” da Coopafasb) permitiu maior participação feminina nas ações da cooperativa, destacadamente das mulheres jovens da comunidade. Considerando o estudo de Georgin et al. (2015), ao investigar a participação feminina na agricultura agroecológica a partir de um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul, pode-se apontar para processos de maior envolvimento de jovens nas atividades produtivas, destacando que é este grupo que mais se relaciona aos movimentos de migração campo-cidade.

Neste sentido, por meio de diferentes relatos, foi possível captar a compreensão de que o aumento da rentabilidade da atividade devido às vendas graças aos programas públicos representou o reconhecimento e a valorização do

trabalhador rural, significando melhores perspectivas para a juventude rural.

6.2. Promoção da segurança alimentar

A banana é uma fruta que apresenta elevado valor nutricional e é um dos alimentos mais consumidos do Brasil (BORGES et al., 2015). Em 2017, o estado de São Paulo foi o maior produtor do produto no país, chegando ao total de 1.208.321 de toneladas do fruto (IBGE, 2017). O município de Miracatu foi o maior produtor de bananas do estado, com uma produção aproximada de 378.000 toneladas, e Sete Barras alcançou o quarto lugar, com aproximadamente 110.000 toneladas (IBGE, 2017). Considerando um consumo médio por habitante de 25 quilogramas ao ano (EMBRAPA, 2018), a produção destes dois municípios representou o abastecimento em bananas de quase 10% da população nacional (19.520.000 pessoas). Os agricultores entrevistados entre janeiro e maio de 2018 produziram cerca de 1.200 toneladas. Portanto, contribuíram com essa produção total, desempenhando um papel considerável na promoção da segurança alimentar de parcela significativa dos brasileiros.

Entre nossos entrevistados, a produção de bananas constitui atividade central, sendo exclusiva para 42% destes agricultores. Para 10% de nossos

interlocutores, a bananicultura divide espaço com a produção do palmito pupunha (em Sete Barras) e, para os outros 47% dos agricultores, esta divisão ocorre com outros cultivos. Dentre estes últimos, pode-se destacar as hortas para consumo familiar (especialmente chuchu, alface, cebolinha e couve), os pomares (sobretudo laranja, abacate, limão e maracujá), as roças (mandioca, milho, feijão, batata e cana), além da criação de pequenos animais (galinhas e porcos).

O modelo hegemônico de produção de bananas se assenta na monocultura das variedades nanica e prata e na utilização de insumos de origem industrial (adubos sintéticos, agrotóxicos e combustíveis para moto-mecanização). Trata-se do padrão tecnológico típico difundido pela modernização da atividade agrícola (designado como agricultura convencional).

Neste cenário, foi questionado se os produtores foram estimulados, com a comercialização de bananas via mercado institucional, a realizar mudanças na forma de produzir. A resposta de 17 interlocutores foi positiva: os estímulos provocaram intensificação no uso de insumos industriais (47%); transição para a produção orgânica (35%) e diversificação produtiva (18%).

Apesar de ter sido identificado o estímulo a processos de diversificação produtiva, o que foi apontado por vários

autores interessados em programas públicos de aquisição de alimentos (MATTEI, 2007; AGAPTO et al., 2012; CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017), este efeito foi limitado nos casos analisados. A forte presença de produtores especializados em monocultivos e com inserção em cadeias de comercialização consolidadas podem ser explicações plausíveis deste resultado.

De qualquer modo, todos os entrevistados justificaram que as mudanças almejavam atingir maior qualidade das bananas para melhor atender os mercados. Este ponto merece ser analisado de modo mais detido, uma vez que demanda tomar em conta a polissemia em torno da noção de qualidade. Para Wilkinson (2008), esta última se tornou tão relevante na sociedade que pesquisadores interessados nos fenômenos relativos ao setor agroalimentar a apontam como problema teórico central para a análise das dinâmicas econômicas. Conforme o autor, a qualidade é compreendida como uma construção social cuja mobilização permite valorizar produtos, técnicas, trabalho e mecanismos setoriais. Triches, Froehlich e Schneider (2011) indicaram que todo o processo de construção de um novo modelo de funcionamento visando o atendimento ao PNAE centra-se em uma “economia da qualidade”. Ainda mais, no âmbito legal, a definição de segurança alimentar e

nutricional é clara ao considerar não somente o direito ao acesso regular e permanente a alimentos em quantidade suficiente, mas também em termos de qualidade (BRASIL, 2006).

Em nossa pesquisa, pôde-se identificar duas percepções distintas do que se entende como “bananas de qualidade”, que estão vinculadas, até certo ponto, a mercados distintos. No mercado convencional, apesar de não haver uma normatização oficial sobre padrões de qualidade, critérios existem no domínio dos atores envolvidos na cadeia de produção e comercialização da fruta. Conforme nossos interlocutores, as bananas podem ser classificadas em “fracas, médias e boas”. Esta categorização tem como parâmetro a aparência do fruto. O tamanho, o diâmetro, a presença/ausência de riscos, manchas ou sujeiras na casca são os indicadores da qualidade. Uma “banana fraca”, que pode ser uma “banana de segunda”, é pequena (levando em conta a variedade cultivada) e apresenta quinas no fruto (não é totalmente roliça). Em seu oposto, uma “banana boa” ou de “primeira” apresenta um crescimento satisfatório (conforme a variedade), não apresentando marcas ou quinas, sendo bem roliças (trata-se de uma banana “graúda”). Uma “banana média” tem características intermediárias entre as da “banana fraca” e da “banana boa”.

Apesar da influência de fatores fisiológicos determinando o tipo de banana (dependentes por exemplo da localização da fruta no cacho), os produtores acreditam que quanto mais se investe em tratamentos culturais (adubos químicos, controle de pragas e doenças e condução do bananal) mais se colhe “bananas boas”, mais valorizadas pelos supermercados. Portanto, tal orientação significa que é o mercado convencional, especialmente os supermercados, que estabelecem os padrões de qualidade, que estão assentados em objetivos como a aparência e a homogeneidade dos produtos (WILKINSON, 2008; NIEDERLE; CHARÃO-MARQUES, 2016).

Por outro lado, não necessariamente são estes padrões de qualidade que embasam a legislação das compras públicas. A noção de qualidade no âmbito da segurança alimentar se vincula às práticas alimentares que promovam saúde e diversidade cultural, sendo ambiental, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006). Destacadamente, para os propósitos de nossa pesquisa, a Lei nº 16.140/2015 do município de São Paulo dispõe sobre a inclusão prioritária de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar.

A legislação da produção orgânica veicula outra concepção de qualidade, não

assentada na aparência dos alimentos. As bananas orgânicas podem ser menores, mais finas e apresentar riscos e manchas na casca. A variável qualificadora dos produtos orgânicos se refere principalmente à forma de produzir, com impactos no meio-ambiente e saúde (WILKINSON, 2008), uma vez que é proibido o uso de insumos químicos (adubos e agrotóxicos) no processo de produção.

Conforme Triches e Schneider (2010), o PNAE favorece a construção de paladares para alimentos com características particulares, contribuindo para a constituição de mercados para agricultores que geram consequências nas formas de produzir. No programa, a noção de qualidade dos alimentos se vincula notadamente à questão ambiental e à valorização de técnicas de produção sustentáveis. Ou seja, fortalece produtos com características específicas, tais como orgânicos, ecológicos, sem agrotóxicos, sem aditivos químicos, dentre outros predcados.

No caso estudado, as compras públicas promoveram estímulos a investimentos em formas de produzir alternativas, que se sustentam em concepções distintas de qualidade. Se a produção orgânica e aquela agroecológica estão alinhadas com diretrizes da legislação, a intensificação no uso de insumos

convencionais foi um “efeito colateral” inesperado das políticas públicas. Esta contradição remete a dimensões inerentes e profundamente interiorizadas nas instituições em torno da agricultura.

Especialmente para o Programa de Alimentação Escolar (PAE) do município de São Paulo, o fornecimento de bananas foi um marco do avanço do programa, pois foi o primeiro produto *in natura* adquirido da agricultura familiar. Conforme Triches, Froehlich e Schneider (2011), em razão do PAE ser um dos programas de assistência alimentar que atinge maior número de pessoas (crianças e adolescentes), em muitos contextos sendo a única refeição com qualidade nutricional do dia, a oferta predominantemente de alimentos processados e industrializados é um problema sério. Assim, o fornecimento de alimentos frescos se torna um fator nutricional positivo para a melhoria da alimentação desta população atendida. Por outro lado, quando estes alimentos são produzidos de modo convencional, com uso intenso de insumos industriais, a qualidade do alimento passa a ser colocada em questão. Porém, a visão bastante difundida de que a agricultura convencional constitui a melhor solução produtiva e eficaz orienta muitas ações neste âmbito (LÉONARD et al., 2010). Portanto, os desafios em torno da noção de sustentabilidade, sob a perspectiva

de que a satisfação das necessidades alimentares no curto prazo não deva ocorrer com degradação dos recursos naturais (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996), são consideráveis.

Com efeito, deve-se situar tal resultado sob o prisma das realidades contraditórias da sociedade. Conforme Wilkinson (2008, p. 135), “a agricultura familiar está, simultaneamente, envolvida em processos de adaptação aos *standards* dominantes e em mobilizações para impor um novo conjunto de *standards* mais compatíveis com as suas condições técnicas e econômicas”.

6.3. Manutenção do tecido social

Para avançar na identificação dos efeitos das compras públicas para além da dimensão econômica-produtiva, foi preciso atenção especial aos aspectos relativos à inserção dos produtores familiares no mercado convencional da banana. Este último impõe sérias dificuldades para que o produtor familiar se mantenha como bananicultor. Conforme opinião dos entrevistados, as principais adversidades são: os “preços baixos” recebidos dos agentes intermediários, que muitas vezes não remunera minimamente o trabalho familiar; os “calotes”, o que significa não receber o pagamento pelo produto entregue ao intermediário e; a “insegurança sobre o

preço que vai receber”, quando há incerteza se o intermediário pagará o valor combinado pelo produto ou mesmo aquele corrente no mercado convencional (CHIODI; ALMEIDA; ASSIS, 2020).

Esta realidade gera diferentes impactos no tecido social. Em primeiro lugar, as condições do mercado convencional têm forçado produtores a abandonar a atividade, promovendo um processo de diferenciação social, com estes últimos se tornando assalariados em outros setores econômicos (construção civil, serviços, indústria). Em segundo lugar, o mercado convencional favorece a atuação individual do produtor, o que é uma forma mais proveitosa para os intermediários, representando obstáculos à organização social dos agricultores. Ademais, a relação com os intermediários não é transparente, uma vez que raramente é construída a partir da confiança mútua. Em terceiro lugar, a participação neste mercado significa desvalorização do trabalho familiar, pois os intermediários querem sempre pagar menos pelo produto. Por fim, trata-se de um mercado que restringe aos produtores as possibilidades de planejamento, o que gera insegurança associada aos prazos de pagamento e aos valores recebidos pela mercadoria vendida.

Diante deste quadro, é oportuno enumerar consequências da efetividade das

compras públicas. Em primeiro lugar, o produtor vende suas bananas a um preço geralmente melhor do que aquele oferecido no mercado convencional, ainda conhecendo previamente a quantidade que deverá fornecer e sua remuneração. Não foi possível quantificar o fenômeno de retorno de produtores à atividade em questão, mas tal efeito foi apontado pelos gestores. Este resultado foi indicado por Belik e Fornazier (2016), afirmando que a compra pública direta pôde incluir produtores que estavam marginalizados pelo mercado convencional em outros contextos.

Em segundo lugar, as cooperativas pesquisadas foram todas criadas a partir de 2003 em resposta aos programas de compra institucional. A Abam foi fundada em 1985 por médios e grandes produtores, mas a partir de 2003 passou por um processo de transformação de sua base, tornando exclusivamente uma organização de produtores familiares para atender as compras públicas. No momento da pesquisa, eram 339 agricultores familiares afiliados no conjunto das organizações. Em Miracatu, a Abam e a Coobam representavam 160 bananicultores, sendo que o município possuía 522 estabelecimentos produtores de bananas (IBGE, 2017). Em Sete Barras, a Cooperagua e a Coopafasb juntas agregavam 179 bananicultores, em um

município com 365 estabelecimentos produtores deste fruto (IBGE, 2017).

O impulso inicial para a organização dos produtores se encontra no PAA, tendo sido potencializado pelo acesso ao PNAE de prefeituras do Litoral Sul e da Região Metropolitana de São Paulo, permitindo que as cooperativas se fortalecessem econômica e socialmente. Com base na explicação de um gestor, convém salientar que no momento em que o agricultor se torna satisfeito com o sistema de venda pública, há um efeito de atração de novos produtores, o que ainda promove um processo de integração entre pessoas e fomenta o espírito cooperativo, reduzindo de certa forma a competição entre pares. Esta interpretação auxilia na explicação sobre a criação da Cooperativa Central do Vale, que agregou 12 cooperativas de agricultores familiares, com capacidade crescente de atendimento ao PNAE da Prefeitura de São Paulo. Como declarado, em 2015, o primeiro contrato de venda foi de R\$ 1.600.000,00 para abastecer 672 escolas e, em 2018, tal contrato de fornecimento de bananas alcançou R\$ 5.000.000,00 para abastecer 2.048 estabelecimentos de ensino da capital paulista.

No âmbito interno às organizações, a perspectiva de transparência na relação entre direção e produtor foi fomentada por

um sistema conhecido como “planilha aberta”, que permite que qualquer cooperado tenha informações sobre a comercialização de suas bananas assim como a de seus pares, obtendo dados sobre o preço recebido com a comercialização, a quantidade vendida, o valor do frete, o custo das caixas, as despesas com climatização, os impostos pagos, a taxa administrativa e a reserva retida pela cooperativa.

A construção de relações transparentes deste tipo se reverteu em diálogo, participação e ação coletiva. Conforme um gestor da Abam, a presença nas reuniões das cooperativas é de interesse dos produtores, pois são momentos em que se informam sobre o andamento das vendas, sobre a abertura de novos editais, sobre as quantidades e a periodicidade das entregas. Ademais, são nessas reuniões que ainda se atualizam sobre o funcionamento da cooperativa e sobre a destinação dos fundos organização. Em sua pesquisa, Assis (2019) evidenciou resultados que demonstraram aumento da participação de agricultores em reuniões das cooperativas que tinham contrato com a Prefeitura de São Paulo.

O terceiro efeito das compras públicas foi a valorização do produto, o que contribuiu para o maior protagonismo do produtor no processo de comercialização. Conforme o gestor da Abam, como as bananas passaram a ser vendidas pelas

organizações cooperativas, o produtor passou a se preocupar mais com a “qualidade” do produto. Para tal, entendeu que a cooperativa é o seu representante no processo de comercialização. Assim, trata-se da construção de um sentido de pertencimento, o que não ocorria no mercado convencional. Neste último, a venda ao intermediário é acompanhada por depreciação dos produtos refletida pelos preços oferecidos.

Por fim, para os produtores, a previsibilidade, o acesso a mecanismos de transparência e o poder de participar em decisões sobre a comercialização de seu produto foram fatores que abriram possibilidades para o maior planejamento e controle/previsão sobre os processos de produção e comercialização. Estes fatores foram fundamentais para elevar a sensação de segurança das famílias que dependem da comercialização das bananas, o que ocorre de maneira muito desfavorável no mercado convencional.

6.4. Conservação dos recursos naturais

Na dimensão relativa ao uso mais respeitoso dos recursos naturais, convém destacar que as compras públicas motivaram interesses principalmente pela produção orgânica. Esta última pode ser interpretada como uma agricultura que permite valorizar sua multifuncionalidade,

abrangendo dimensões econômicas, sociais e ambientais (SCHMIDT, 2003). A produção orgânica tem vocação de minimizar impactos negativos ao meio ambiente, propondo um manejo sem aporte de insumos químicos, de forma a preservar recursos naturais (solo, água, biodiversidade), além de promover a diversificação produtiva (BORGES et al., 2015). Também tende a agregar valor à

produção, a gerar emprego (por ser mais intensiva em força de trabalho) e a criar ou fortalecer redes sociais (SCHMIDT, 2003).

Sob esta perspectiva, cerca de 82% dos entrevistados afirmaram que se sentem estimulados a produzir de forma orgânica desde que passaram a fornecer alimentos para os entes públicos. Deste grupo, 24 produtores explicaram os seus motivos (Tabela 2).

TABELA 2 - Respostas dos entrevistados em termos de motivação pela produção de forma orgânica em razão de vendas públicas

Respostas	Nº de respostas	Percentual (%)
Por ter um melhor preço de venda	8	33,4
Por haver demanda do mercado consumidor	6	25,0
Por contar com incentivo da cooperativa/associação	3	12,5
Por reduzir do uso de insumos químicos	3	12,5
Por promover uma alimentação saudável	2	8,3
Por produzir um produto de melhor qualidade	2	8,3
Total	24	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, maio de 2018.

Com base nas respostas, é notável que os principais estímulos se situam no campo econômico, expressos no “melhor preço de venda” e na existência de “demanda do mercado”. Por outro lado, “reduzir o uso de químicos”, “alimentação saudável” e “produto de melhor qualidade” foram respostas que remetem mais à dimensão de saúde, seja da família, do consumidor ou da sociedade como um todo.

Efetivamente, em Miracatu, existiam em 2018 cinco produtores orgânicos certificados na base da Abam (5% dos associados). Pode-se destacar que este grupo converteu seus sistemas produtivos bastante motivado pelas compras públicas. Já em Sete Barras, eram dez produtores orgânicos na Cooperagua (13% dos cooperados) e 21 entre orgânicos e agroecológicos na Coopafasb (26% dos

cooperados). Neste último caso, os estímulos das compras públicas foram potencializados por um ambiente no qual diversos produtores já estavam conduzindo uma produção sustentável. Além deste aspecto produtivo, somam-se avanços organizativos alcançados pelos agricultores. Niederle e Charão-Marques (2016) analisam os processos necessários para cumprir a legislação da certificação orgânica por meio de sistemas participativos de garantia e como estes exigem grandes esforços organizativos dos produtores.

Este quadro permite concluir que as compras públicas despertaram interesse de produtores para promoverem mudanças comportamentais que os levaram a sistemas de produção mais sustentáveis. Entretanto, alguns obstáculos foram indicados como limites ao processo de transição orgânica ou agroecológica, a saber: a profunda adesão de produtores ao uso de insumos químicos; os estímulos do mercado convencional, sobretudo em períodos em que o preço da banana ultrapassa muito os custos de produção, e; a recorrente aplicação aérea de agrotóxico, dificultando o isolamento de bananais orgânicos. Estes pontos geram conflitos na base das organizações sobre o que priorizar: o projeto orgânico ou o convencional.

Estes entraves não são apenas conjunturais, mas refletem limites estruturais para o avanço da produção agrícola sustentável. A agricultura convencional se insere na lógica da reprodução do capital, onde parcela da renda gerada pelo trabalho familiar é apropriada por capitalistas industriais (indústria de insumos), comerciais (comerciantes de insumos e de produtos alimentares) e financeiros (bancos) (MARTINS, 1975). Como a defesa da produção orgânica e principalmente agroecológica realça uma agricultura sem o aporte de insumos industriais, trata-se de portas de saída do produtor dessa lógica de dependências, o que a coloca frequentemente como modelo antagônico aos interesses capitalistas (limita sua expansão e reduz seu lucro). Por esta razão, seu avanço sofre resistência de poderosas forças refratárias.

De todo modo, a produção orgânica ainda permite sua apropriação pela lógica da produção convencional: trata-se de produzir em monocultura, utilizar insumos industriais (mas orgânicos) e ser um negócio empresarial (WILKINSON, 2008; NIEDERLE; CHARÃO-MARQUES, 2016). Com efeito, Niederle e Charão-Marques (2016, p. 280) apontam que a regulamentação dos produtos orgânicos por meio da certificação “questiona as

fronteiras políticas e semânticas entre as múltiplas agriculturas de base ecológica para estabelecer um padrão centrado nas normas da ‘agricultura orgânica’”. Desse modo, os produtos associados aos circuitos diretos de comercialização podem ser mesmos incorporados pela lógica da agricultura industrial empresarial.

Por outro lado, a produção agroecológica está fortemente identificada com práticas camponesas, impondo restrições à sua apropriação pela lógica capitalista (WILKINSON, 2008). Desse modo, identificam-se esforços das organizações representativas dos agricultores familiares em reconstruir os vínculos entre as práticas específicas de produção, a localidade e o ambiente (NIEDERLE; CHARÃO-MARQUES, 2016). Para estes autores, a transição agroecológica abarca um conjunto de ações não necessariamente voltadas à

certificação, ou que não eram primeiramente pautadas na necessidade de adequar rapidamente as unidades produtivas às exigências da comercialização.

Com este último sentido, foram identificadas produções de bananas em sistemas agroflorestais em Sete Barras. Trata-se de lógicas indutoras de diversificação produtiva, favorecendo a segurança alimentar familiar; de restrição de uso de insumos industriais (mesmo orgânicos), minimizando a dependência do produtor; de aumento da biodiversidade local, gerando serviços ambientais. Ao romper com a lógica da produção em monocultura, os sistemas agroflorestais contribuem sobremaneira com a harmonia da paisagem, promovendo a integração entre sistemas produtivos e a paisagem natural do bioma Mata Atlântica (SANTOS, 2017).

7. CONCLUSÃO

A mobilização da noção de multifuncionalidade da agricultura para analisar efeitos dos programas públicos de aquisição de alimentos oriundos de agricultores familiares se mostrou profícua, uma vez que possibilitou considerar uma amplitude de aspectos importantes aos processos de desenvolvimento rural. Desta maneira, essa noção permitiu identificar e

analisar respostas notáveis dos produtores no contexto do Vale do Ribeira paulista.

Primeiramente, é certo afirmar que as compras públicas de alimentos via PAA e PNAE promoveram efeitos sobre múltiplas dimensões relevantes para a vida de bananicultores familiares. Com efeito, uma análise desta natureza ganha muita consistência tendo como ponto de partida as

condições de comercialização estabelecidas no mercado convencional da banana, do qual os produtores familiares dependiam quase que exclusivamente antes de acessarem os programas públicos das compras públicas.

Neste sentido, os preços praticados no mercado institucional no âmbito de produtores muito especializados é um ponto central a ser considerado. Este fator refletiu diretamente na maior rentabilidade da principal atividade econômica dos produtores, melhorando nitidamente a renda familiar, os investimentos produtivos e o acesso a bens e serviços básicos, além de lazer e cultura. Tais resultados, além de terem reestimulado produtores, promoveram incitação e interesse de jovens para a atividade.

A produção mercantil de bananas é a atividade econômica para a qual os produtores mais dedicam seu tempo. É fato que a bananicultura contribui com a segurança alimentar de parcela da população brasileira que consome essa fruta. Porém, sob uma perspectiva de qualidade, os efeitos das políticas públicas são assaz complexos, menos claros e mesmo contraditórios. Se, por um lado, estimulou a produção em sistemas orgânicos e agroecológicos, por outro, viabilizou investimentos visando intensificar o aporte de insumos químicos

industriais nas plantações. Este tipo de consequência remete claramente a um aprofundamento da lógica convencional de produção e de dependência dos produtores a agentes econômicos ligados ao comércio de insumos industriais. Nossa interpretação destaca assim um “efeito colateral” inesperado das políticas públicas, pois não se ajusta à perspectiva da sustentabilidade.

De todo modo, a organização dos produtores em cooperativas foi um resultado claro das compras institucionais. Estas últimas permitiram, além da redução da dependência dos produtores em relação aos agentes intermediários para a comercialização, que as cooperativas promovessem ações que geram inclusão social, relações de confiança, esperança para os jovens, transparência, agregação de valor ao produto, valorização do trabalho familiar e a possibilidade de maior controle/planejamento dos processos de produção e comercialização por parte dos produtores.

Se nenhum destes efeitos pode ser assumido como absoluto, sua ocorrência na escala identificada permite realçar o poder que as compras públicas possuem como instrumento promotor da multifuncionalidade da agricultura, obtendo respostas dos agricultores familiares promissoras a uma perspectiva de desenvolvimento rural sustentável.

8. REFERÊNCIAS

- AGAPTO, J. P.; BORSATTO, R. S.; SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 42, n. 2, mar./abr. 2012. Disponível em: <http://iea.naka.eti.br/ftpiea/publicacoes/IE/2012/tec2-03-04-2012.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- ASSIS, L. B. **Perfil das organizações da agricultura familiar no Programa de Alimentação Escolar da Prefeitura de São Paulo**. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- BACCARIN, J. G.; TRICHES, R.; TEO, C. R. A.; PEREIRA, D. B. Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 55, n. 1, jan./mar. p. 103-122, 2017.
- BELIK, W.; FORNAZIER, A. Políticas públicas e a construção de novos mercados para a agricultura familiar: analisando o caso da alimentação escolar no município de São Paulo. **Raízes**, Campina Grande, v. 36, n. 2, jul./dez. p. 70-81, 2016. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_395.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura no Brasil. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 14, abr. p. 211-250, 2009. Disponível em: https://agritrop.cirad.fr/557069/1/document_557069.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BORGES, A. L.; CORDEIRO, Z. M. J.; FANCELLI, M.; RODRIGUES, M. G. V. Bananicultura orgânica. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 36, n. 287, p. 74-83, 2015. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BONNAL, P.; BONIN, M.; AZNAR, O. Les évolutions inversées de la multifonctionnalité de l'agriculture et des services environnementaux. **Vertigo**, Montréal, v. 12, n. 3, déc. 2012. Disponível em: <http://vertigo.revues.org/12882>. Acesso em: 7 fev. 2019.
- BRASIL. **Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/.../L11326.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Introdução. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003. p. 16-27.
- CARNEIRO, M. J. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, M. J. (Org.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012. p. 23-50.
- CAZELLA, A. A., BONNAL, P.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura

familiar no Brasil e enfoque de pesquisa. In: CAZELLA, A. A., BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 47-70.

CHIODI, R. E.; ALMEIDA, G. F.; ASSIS, L. H. O Mercado Convencional da Banana: sujeição da agricultura familiar no Vale do Ribeira - SP. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, v 16, n. 45, out./dez. p.146-165, 2020.

CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R. F. J. S. Efeitos dos Programas Governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 55, n. 3, jul/set. p. 427-444, 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Banana: importância econômica e social**. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia40/AG01/arvore/AG01_28_41020068055.html. Acesso em: 18 dez. 2019.

FRIEDRICH, T. Marco teórico: intensificando la produccion de manera sostenible. In: SALCEDO, S.; GUZMÁN, L. (Org.). **Agricultura Familiar em América Latina y el Caribe: Recomendaciones de Política**. Santiago: FAO, 2014. p. 125-133.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, J. A. M. Agronegócio no Vale do Ribeira: caracterização da realidade e proposta de intervenção numa região carente. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 31, n. 1, jan. p. 39-50, 2001. Disponível em:

<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/ie/2001/tec3-0101.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2018.

GEORGIN, J., WIZNIEWSKY, J. G., OLIVEIRA, G. A., ROSA, A. L. D. A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 14, n. 3, set./dez. p. 01-09, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 20 mar. 2018.

LAURENT, C. **La multifunctionnalité de l'agriculture**. Paris: Inra-SAD, 2000.
MALUF, R.S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D.M.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 301-328.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**, Campinas, v. 4, p. 66-88, 1996. Disponível em: https://sswm.info/sites/default/files/referen ce_attachments/MALUF.pdf. Acesso em: 15 fev. 2016.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MATTEI, L. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no estado de Santa Catarina. **Cadernos do Ceam**, Brasília, v 7, n. 27, jul. p.75-105, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Agenda 21**. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em: 14 mai. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Cadernos Territorial do Vale do Ribeira**. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_100_Vale%20do%20Ribeira%20-%20SP.pdf. Acesso em: 25 fev. 2019.

MORUZZI MARQUES, P. E.; FLEXOR, G. Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura. **Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, v. 7, n. 29, p. 45-65, 2008.

MULLER, P. **Las políticas públicas**. Bogotá: Universidad Externado de Colômbia, 2002.

MULLER, P. Introduction: les changements d'échelles des politiques agricoles. In: HERVIEU, B.; MAYER, N.; MULLER, P.; PURSEIGLE, F.; RÉMY, J. (Orgs.). **Le monde agricole en politique: de la fin des paysans au retour de la question agricole**. Paris: Presse de Science Po, 2010, p. 339-350.

NIEDERLE, P. A.; CHARÃO-MARQUES, F. Produção ecológica de alimentos e mudanças institucionais: implicações para a construção de novos mercados. In: CHARÃO-MARQUES, F.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2016. p. 275-307.

RÉMY, J. Um caminho sinuoso e semeado de espinhos. Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção

à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 5-50, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROUX, B.; BOINON, J. P. “A incorporação do desenvolvimento sustentável nas políticas agrícolas e rurais na França”. In: MORUZZI MARQUES, P.E. (Org.), **Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade: diálogo franco-brasileiro no âmbito da cooperação em ciências agrárias e florestais**. Piracicaba: LES/ESALQ/USP, 2010. p. 39-79.

SABOURIN, E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, out. p. 161-189. Disponível em: <https://revistaesa.com/>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, J. V. T. **Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, P. Z. F. **O Potencial dos Sistemas Agroflorestais para Incremento da Biodiversidade e Provisão de Serviços Ecossistêmicos na Mata Atlântica**. 2017. 57 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SÃO PAULO. **Departamento de Alimentação Escolar da Prefeitura**

Municipal de São Paulo. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 10 janeiro 2018.

SCHABARUM, J. C.; TRICHES, R. Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar em Municípios Paranaenses: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 57, n. 1, jan./mar. p. 049-062, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v57n1/1806-9479-resr-57-01-49.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.

SCHWARTZMAN, F. **Vinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a agricultura familiar:** caracterização da venda direta e das mudanças para os agricultores familiares em municípios do estado de São Paulo. 2015. 141 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SCHMIDT, W. Conversão à agricultura orgânica e multifuncionalidade: o caso das Encostas da Serra Geral (SC). In:

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S (Orgs.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 44-59.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: CHARÃO-MARQUES, F.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar:** desafios para o desenvolvimento

rural. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2016. p. 93-140.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 4, out./dez. p. 933-945, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n4/19.pdf>. Acesso: 18 jun. 2019.

TRICHES, R. M.; FROEHLICH, E.; SCHNEIDER, S. Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos [RS]. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural:** perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 253-268.

TRICHES, R.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 18, n. 26, edição especial. p. 10-27, 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3569>. Acesso em: 23 out. 2019.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

WILKINSON, J. **Mercados, Redes e Valores.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.